



Câmara Municipal de Meridiano

Estado de São Paulo

DA: PROCURADORIA JURÍDICA

PARA: PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Trata-se de **Projeto de Lei nº 060/2023**, de autoria do Chefe do Poder Executivo que acrescenta dispositivo na L.D.O. e no P.P.A. e dispõe de abertura de um crédito adicional-especial no valor de R\$100.000,00 para produzir dotação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, destinado a atender os interesses do Fundo Municipal da Assistência Social.

I. Constitucionalidade Formal

Inexistem óbices constitucionais formais quanto à iniciativa, na medida em que, o projeto encontra amparo na Lei Federal nº 4320/64, art. 43 que diz que: “A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.”

II. Constitucionalidade Material

O presente projeto versa sobre a autorização Legislativa para conceder a abertura de um crédito adicional-especial. O “caput” do art. 64 da Lei orgânica, diz que é dever de o Prefeito “[...] defender os interesses do município, bem como, adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública sem exceder as verbas orçamentárias.”

Por isso, a atitude que prestigia o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal, pois uma melhor administração do orçamento público faz com que o órgão tenha rendimento capaz de gerir com êxito o município.

Verifica-se que há a presença de justificativa e existência de recursos, exatamente como exigido com o art. 43 da Lei nº 4320/64.

Nesse diapasão, verifica-se que o projeto de lei é materialmente constitucional, pois sua matéria está em perfeita consonância com os princípios constitucionais e com as leis do município.

III- Técnica Legislativa

Nesse ponto, o Projeto de Lei supramencionado também encontra amparo legal, eis que elaborado de acordo com os procedimentos e normas redacionais específicas, que visam à elaboração e um texto que terá repercussão jurídica.

É o parecer, *sub censura*.

Meridiano, 1 de setembro de 2023.

CAIO VINÍCIUS CAETANO VELHO
OAB/SP 440.312